
Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes



UNODC
Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime

Secretaria Nacional
de Justiça

Ministério
da Justiça



Apresentação da Secretaria Nacional de Justiça

Um dos mais importantes pilares da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é o de estimular o envolvimento direto da sociedade civil por meio de militância, envolvimento e prestação de contas. O Tráfico de Pessoas agride a dignidade humana e se apoia em articulações criminosas complexas e rentáveis para os envolvidos. Combater esse crime demanda níveis semelhantes de complexidade e de cooperação.

Por isso, o presente volume da série Boas Práticas, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, se dedica a relatar uma das experiências bem sucedidas de parceria com a sociedade civil, o trabalho do Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas – SMM, por meio da inserção do tema entre jovens estudantes de comunidades em Goiás e em São Paulo.

O trabalho desenvolvido demonstra a necessidade de comprometimento e envolvimento de setores sociais cada vez mais amplos na consolidação de uma rede de enfrentamento efetiva. Nesse plano, a conscientização e o engajamento dos jovens, a partir das escolas, cria multiplicadores sociais, ajuda a mobilizar outros sujeitos e a amadurecer perspectivas. O problema do tráfico de pessoas é tão global quanto local e a resistência se inicia pela tomada de atitude das próprias comunidades, famílias e indivíduos.

Para a Secretaria Nacional de Justiça, é gratificante participar de ações iniciadas pela sociedade civil e enxergar seu amadurecimento e a possibilidade de que sejam tomadas como inspiração para outras realidades. Não como um formato pré-definido, mas como elemento a enriquecer o repertório de experiências sociais que contribuem para prevenir e imunizar os jovens dos riscos do aliciamento ou do ingresso nestas redes criminosas de tráfico de pessoas. O conhecimento é o primeiro

passo para a autonomia e a cidadania dos grupos sensíveis a esses perigos.

Com isso, se espera a multiplicação de iniciativas e a ampliação do arsenal de idéias e ações apropriáveis pela Sociedade Civil que possam ensejar níveis cada vez mais efetivos de atuação da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça. Neste campo, o contato entre Estado e sociedade só enriquece e aprofunda o impacto das iniciativas de lado a lado voltadas para preservar e restabelecer a dignidade e a cidadania dos grupos ameaçados pelo tráfico de pessoas. Esse compromisso nos congrega e nos faz celebrar ainda mais esta publicação.

Pedro Vieira Abramovay

Secretário Nacional de Justiça

Apresentação do Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas

Falar de “gente vendendo gente” em pleno século XXI, nos remonta a uma alegoria kafkaniana em que, certo dia, o indivíduo acorda e se olhando no espelho, percebe que virou uma barata. O absurdo do absurdo...

Entretanto, segundo o relatório de outubro de 2008 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, o crime do tráfico humano em nível mundial já teria ultrapassado em rentabilidade a própria venda de drogas, alcançando anualmente um lucro em torno de 32 bilhões de dólares. Vendem-se pessoas para o trabalho escravo, para a venda de órgãos e tecidos, para adoção ilegal de crianças, para a exploração sexual comercial. É a própria Organização das Nações Unidas - ONU, que afirma não haver nações inocentes nessa transação comercial: ou o país vende, sendo ofertante da mercadoria “pessoa humana” ou compra, demandando essa mercadoria para as diversas finalidades já descritas.

Com o processo de globalização que atualmente impera no mundo, onde o lucro é mais importante que a natureza ou a pessoa humana, todos os países do globo terrestre estão envolvidos nesse comércio aviltante. Comércio criminoso que atinge principalmente a infância e a juventude.

O Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas para a Exploração Sexual Comercial foi desenvolvido pelo Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas - SMM, desde 2006 em dois municípios brasileiros - Uruaçu, em Goiás, e São Sebastião, em São Paulo, junto às escolas públicas de segundo grau, tendo focado estudantes de 15 a 19 anos. A proposta do SMM era a de exatamente atingir os jovens de uma faixa etária bastante vulnerável, principalmente para a exploração sexual comercial.

O SMM iniciou o Programa de Prevenção ao Tráfico para fins de exploração sexual comercial com o objetivo de prevenir o tráfico de pessoas - TP, através do protagonismo juvenil. Além dessa meta, o SMM pretendeu, com ele, formular recomendações para Políticas Públicas e programas de prevenção e formação de jovens no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Fica, porém, uma pergunta: Qual o significado de uma experiência que atingiu somente algumas centenas de jovens, em dois municípios brasileiros, num total de dez escolas? A resposta está no próprio êxito do Programa, ou seja, está na constatação de que se houver vontade política, nosso país pode ter um programa nessas bases em nível nacional que viria prevenir nossos jovens de serem presas fáceis do comércio do tráfico.

Quando, despretensiosamente, expomos a experiência do SMM na Série Boas Práticas, publicada pela Secretaria Nacional de Justiça, temos o sonho de que um dia, programas como esse sejam implantados nas escolas brasileiras de todo nosso território nacional. Afinal, essa mesma experiência mostrou que tal sonho é possível.

Maria do Socorro Nunes da Silva – SMM

Priscila Siqueira - SMM

Sumário

- O Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas – SMM ----- 13
- Por que o Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes foi eleito pelo Ministério da Justiça como iniciativa modelo no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas? ----- 14
- Origem do programa -----
----- 21
- Por que Prevenção? ----- 22
- Por que a escola? ----- 22
- O Programa ----- 23
- Preparando o terreno ----- 24
- Passos importantes ----- 25
- Atividades decorrentes do Programa ----- 26
- A escolha das cidades ----- 31
- Uruaçu - GO ----- 33
- Escolas que participam do programa em Uruaçu----- 34
- Depoimentos ----- 35
- São Sebastião - SP ----- 39
- Desafios para o Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes ----- 49

- Conclusão ----- 50
- Referências Bibliográficas ----- 53

*Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada*

(E Vamos Á Luta - Gonzaguinha)



O Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas - SMM

O Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas – SMM, é uma organização não governamental – ONG, que atua nas áreas de gênero e políticas públicas, no combate à exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes.

Fundado em 03 de março de 1991, desenvolve projetos que envolvem formação de agentes multiplicadores de combate ao Tráfico de Pessoas, pesquisa, informação, participação em redes nacionais e internacionais e *advocacy* na Câmara e no Senado Federais.

O SMM tem como missão a promoção dos Direitos das mulheres e crianças, tendo em vista a promoção da justiça social, dos Direitos no combate a todas as formas de exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes.

Desde que foi criado, o SMM vem mobilizando um grande número de colaboradores e parceiros, se relacionando com universidades, órgãos públicos federais e estaduais, escolas, movimentos populares, pastorais sociais, organismos internacionais e outras organizações envolvidas no combate ao Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual comercial.

A sede do SMM localiza-se na cidade de São Paulo. O SMM desenvolve projetos em diversas cidades de São Paulo e em outros estados. Seu âmbito de abrangência é nacional.

Por que o Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes foi eleito pelo Ministério da Justiça como iniciativa modelo no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas?

Desde sua aprovação, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas instituiu no país, pela primeira vez, uma política de Estado que consolidou princípios, diretrizes e ações de prevenção, repressão e responsabilização deste crime organizado transnacional, além do atendimento às vítimas, implementando não só ações na área de justiça e segurança pública, mas também, na área de relações exteriores, educação, saúde, assistência social, promoção da igualdade racial, trabalho e emprego, desenvolvimento agrário, direitos humanos, proteção e promoção dos direitos da mulher, turismo e cultura.

No entanto, nada disso teria sido possível, se não fosse o esforço e compromisso de todos os envolvidos na construção dessa Política, seja no Governo Federal, no Poder Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Estado, Município e **Sociedade Civil**, permitindo, assim, a efetividade desta política pública incorporando o tema à Agenda Pública governamental e, conseqüentemente, viabilizando a aprovação do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A Política Nacional, assim como o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nasceram e seguem neste trabalho pela dignidade humana com a participação direta da sociedade civil. A iniciativa do SMM, como parceiro no combate ao crime de tráfico de pessoas, no âmbito do Programa apresentado neste volume da série Boas Práticas, reflete o que a Política Nacional reconhece como forma bem sucedida de contribuição da sociedade para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil.

Onde identificamos a atuação da sociedade no enfrentamento ao tráfico de pessoas? Principalmente nas redes locais relacionadas à prevenção e à assistência à vítima. E muitos destes trabalhos

já existiam antes da criação da Política Pública e da participação efetiva e dirigida do Estado frente ao problema.

“O SMM é pioneiro nesse sentido. Nós trabalhamos com enfrentamento ao tráfico de pessoas já há muito tempo. Muitas vezes me chamavam de louca, dizendo que isso não existia. Como sou jornalista, e tinha mais acesso à mídia por meio dos colegas que me entrevistavam e convidavam para falar sobre o tema, muitas vezes ligavam para os veículos onde eu ia falar do tráfico de seres humanos e diziam: - essa mulher está inventando. Sem dúvida alguma, quando o presidente Lula disse, assim que assumiu, que era contra prostituição infantil, eu entendi que ele queria dizer que era contra exploração sexual comercial e de fato começou o grupo de trabalho para construção da política e depois para a criação do plano. Por outro lado mudou a legislação em 2005 que passa a considerar tráfico interno de pessoas crime e, aqui em SP, começou um trabalho muito bom por meio do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e com o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Eu acho que houve uma experiência fantástica porque o Comitê tem o Estado e a sociedade civil juntos pelo mesmo objetivo que é o de enfrentar o tráfico de pessoas”.

(Priscila Siqueira - SMM)

“Em âmbito estadual, a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do estado de São Paulo, aprovada por decreto estadual, é recentíssima, ou seja, do ano passado. A própria Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que redundou no Plano também é recente, de poucos anos. O primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas terminou este ano (2010) então, é tudo muito novo. Estamos todos na fase da sensibilização. É preciso preliminarmente despertar

a consciência dos profissionais dos órgãos públicos do estado, da sociedade civil e dos estudantes para a existência do problema. Diagnosticado o problema, suas causas e circunstâncias, aí entram as ações que, por se tratar de crime organizado, devem ser articuladas e o modelo de articulação é estabelecido pela Política Nacional, e no estado de São Paulo pela política respectiva que é multidisciplinar, ou seja, articulação por meio de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e no caso de São Paulo, por meio também do posto avançado que temos no aeroporto de Guarulhos. Temos também os comitês regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e isso dá capilaridade ao sistema, então em breve haverá também em São Sebastião um Comitê Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que congregará os atores sociais e públicos, civis e militares envolvidos na questão, com união de esforços. É só com somatório de esforços que se combate, previne, reprime e atende a vítimas do crime organizado.

O próximo passo para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo é apoiar a criação dos comitês regionais, promover a sensibilização, palestras, capacitação, realização de oficinas, enfim, desenvolver e concretizar os três eixos da política, ou seja, repressão, atenção à vítima e responsabilização dos autores. O que fica de exemplo é que hoje existe uma ação coordenada cujos ditames vem de âmbito federal e o pacto federativo é reforçado com isso por que é a União, o Estado e o Município atuando juntos de forma suprapartidária e apolítica de modo a enfrentar o fenômeno do tráfico de pessoas que tem no princípio da dignidade humana o seu vetor. Essa é a visão. A experiência é essa. Ir ao local onde acontece, ir à realidade, ter o contato com a população, ou seja, com as vítimas que são pessoas. O produto do crime refere-se a um objeto material que é o ser humano então temos que estar onde os

seres humanos estão e alertá-los quanto a isso porque é um crime de natureza silenciosa, clandestina, é um crime sub-reptício, então, ele não é percebido aos olhos comuns, mas aos olhos treinados, preparados e capacitados. Assim ele é identificado e debelado.”

(Dr. Maurício Correalli - representante da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo)

“O Governo Federal começou a trabalhar o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas a partir de 2000 por meio de acordos de cooperação com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, e também por conta da assinatura do Protocolo de Palermo, onde comprometeu - se a realizar ações nas áreas de prevenção, repressão ao tráfico de pessoas e atenção às vítimas.

Este trabalho foi realizado, desde o início, com a cooperação de organismos internacionais e também da sociedade civil, ou seja, com organizações que já tinham a expertise no trabalho, principalmente, relacionado à prevenção e à assistência à vítima e que contribuíram para que o Governo pudesse, a partir de 2006, elaborar sua Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

É importante dizer que a sociedade civil de fato trouxe a sua experiência, trouxe o trabalho que realizava na ponta com as comunidades mais vulneráveis para que o Governo pudesse então conseguir realizar um trabalho que fosse amplo na área do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

O trabalho realizado pelo SMM, por exemplo, na prevenção ao tráfico de pessoas nas escolas é de suma importância porque é um trabalho que faz com que os jovens que são e estão dentro daquele grupo mais vulnerável ao recrutamento destas quadrilhas, possa se informar e, sobretudo, fazer com que essa informação seja multiplicada para outros jovens.

O que eu considero importante também, é que a escola mobilize os professores, para que eles passem de fato a utilizar este conhecimento dentro do próprio ensino.

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas trás, enquanto diretriz na prevenção, o trabalho que se deve fazer dentro das escolas, e essa é uma meta do próprio Ministério da Educação - MEC, como responsável por trabalhar esta temática nas escolas. Para tanto, o MEC criou uma cartilha que já está sendo testada nas escolas. Elaborada por profissionais da área da educação ligados às universidades federais, que vão então fazer com que esse trabalho seja incorporado pelos professores. A cartilha será também distribuída a toda a rede de ensino. Tudo isso realmente é um grande avanço.

Dentro desta perspectiva nós verificamos que estas experiências, como a do SMM, podem ser multiplicadas em outros estados e, por isso, a importância de se fazer uma publicação que sirva também de exemplo para que outras organizações, sobretudo, que os governos estaduais e municipais possam utilizar-se desta experiência dentro das suas escolas. Que essa experiência sirva para se construir, a partir da realidade local, mais ações para prevenir o tráfico de pessoas.

Nós sabemos que ainda há um desconhecimento, principalmente dos jovens, sobre como estas quadrilhas atuam e como estes jovens podem se prevenir ao receber propostas para sair de suas cidades e, temos trabalhado também, para aumentar a cada dia mais, o público que estará mais informado, que vai poder multiplicar informações, que vai estar, sobretudo, sensibilizado para a condição da vítima. Percebo que o trabalho de prevenção ao ser feito se dá também de forma a evitar a revitimização nesse processo. Quando

eu conheci o trabalho, percebi que estes jovens conhecem de fato o problema, mas, sobretudo, estão sensibilizados com a vítima. Eu acho que eles são mais um público de multiplicadores que temos que formar e que podem, nas suas comunidades, levar informação sobre o que é o tráfico de pessoas e como enfrentá-lo. Percebo ainda que o jovem, de fato, tem uma criatividade ímpar em se expressar por meio do teatro, por exemplo, assim como de outras formas, mas, sobretudo, que outros multiplicadores, como os professores e, aí a gente tem que trabalhar ainda mais é claro, e outros grupos também devem ser formados para que também sejam disseminadores da informação para a prevenção.

Por fim, estamos certos de que com iniciativas como esta Publicação, o Governo Federal irá de fato estimular os governos estaduais e municipais para que estabeleçam em suas agendas, em especial na da educação, ações de prevenção ao tráfico de pessoas. A nossa finalidade em mostrar um trabalho como esse é sensibilizar os administradores públicos, sejam prefeitos, governadores, para que eles possam incluir de fato essas ações dentro dos seus planos de governo, assim como o Governo Federal tem estabelecido com a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e com o Plano Nacional. Assim nós conseguiremos ampliar as ações de prevenção dentro das escolas e essas publicações vão chegar a mais alunos e professores brasileiros e assim a gente vai de fato compartilhar essa boa prática para ser executada por mais órgãos e entidades envolvidas direta ou indiretamente no enfrentamento ao tráfico de pessoas.”

(Ricardo Rodrigues Lins - Coordenador Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/ Secretaria Nacional de Justiça/ Ministério da Justiça)

Origem do programa

O Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes surgiu em meados de 2002/ 2003, a partir de uma parceria com a Pastoral da Mulher Marginalizada, em Caxias do Sul. Por ocasião desta parceria, o SMM iniciou um trabalho de prevenção dirigido a grupos de jovens nas escolas, inclusive apontando o esporte como uma saída a vários problemas de vulnerabilidade social, incluindo o Tráfico de Pessoas.

Após o trabalho em Caxias do Sul, a prefeitura de Campinas convidou o SMM para, também naquele estado, trabalhar a prevenção ao tráfico de pessoas com os jovens do último semestre do 9º ano, antiga 8ª série, no âmbito da disciplina: Direitos Humanos. Durante todo o semestre a questão do Tráfico de Pessoas foi abordada junto aos estudantes de forma lúdica, em atividades extra-classe e por meio do teatro principalmente.

Junto ao sucesso do trabalho, nasceu a vontade de ampliar a iniciativa e, no empenho de se levantar financiamento para executar o projeto, o SMM recebeu como parceiros a Igreja Reformada da Noruega e o movimento de jovens da Noruega que, entre outras iniciativas solidárias, dedicam a remuneração de um dia de trabalho para ajudar ações sociais de países do terceiro mundo, sendo o SMM uma das cinco ONGs selecionadas para serem ajudadas durante cinco anos de parceria. Estes cinco anos corresponderiam ao período previsto para a execução do Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes em municípios brasileiros. Como critério de escolha para as localidades a serem contempladas pela iniciativa estava, preferencialmente, que fossem localidades com realidades diversas, tanto em relação a localização quanto em relação às suas características sociais e culturais, daí a escolha de Uruaçu – GO e São Sebastião – SP.

Por que Prevenção?

“Prevenir é melhor que remediar”

O Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem três pilares de sustentação: Prevenção ao Tráfico de Pessoas, a Repressão e Responsabilização dos Autores e a Atenção às vítimas. A responsabilização e punição dos criminosos são tarefas que se constituem em responsabilidade unicamente do Estado, por meio de suas polícias e de seu aparato jurídico. O atendimento à vítima, também é uma responsabilidade do Estado, mas que a sociedade civil pode ser parceira. Entretanto, é na prevenção que a sociedade civil pode “nadar de braçada”, apesar do Estado também atuar nessa área.

Por diversas razões, o SMM poderia dizer que escolheu trabalhar com os jovens, por correrem maiores riscos de serem vítimas do Tráfico de Pessoas, por lhes faltar experiência e maturidade, além da consciência dos riscos. No entanto, pode-se afirmar que foi exatamente o contrário: apostou-se neles por acreditar que trabalhar com esse público, além de sua vulnerabilidade ser reduzida, estimularia seu protagonismo juvenil. Por meio de sua linguagem os jovens anunciam, pronunciam e denunciam, reforçando seu papel social de sujeitos.

O sucesso do Programa foi potencializado por isso. Os estudantes tornaram-se atores, sujeitos e dinamizadores, sendo que tal relação trouxe consigo responsabilidade e compromisso.

Por que a escola?

Por reconhecer na escola um espaço privilegiado de inserção e manutenção dos jovens no contexto das políticas de garantia de Direitos. Além disso, é o lugar ideal para a prevenção, intervenção

e enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e à exploração sexual dos jovens, porque ela tem por objetivo a garantia da **cidadania** de seus alunos.

O Programa

O Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes tem o objetivo de construir, fortalecer e animar uma rede de profissionais na área de educação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e à exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes, despertando o senso crítico destas comunidades por meio de atividades lúdicas, reflexivas e criativas que tenham como base de elaboração a realidade da comunidade em que o projeto está inserido.

Para tanto, promover a participação dos jovens e professores na construção e implementação dos planos operativos locais voltados ao enfrentamento da exploração sexual comercial infanto-juvenil é fundamental. O Programa é transmitido de forma responsável, ética e coerente, bem como busca sensibilizar os participantes sobre estes valores, incentivando desta forma a participação da escola e o potencial dos jovens para promover mudanças no seu meio.

Uma característica marcante do Programa é a abordagem da temática da exploração sexual comercial e a modalidade do Tráfico de Pessoas, incorporando aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e históricos, permitindo assim a compreensão da complexidade do crime. O projeto é oferecido como um exercício para a cidadania, e como o próprio objetivo do Programa propôs, conduz as pessoas a avaliarem o seu papel como cidadãos na sociedade, ajudando também a buscar soluções para o enfrentamento do fenômeno do tráfico de pessoas, atuando de forma interdisciplinar, não sendo definido por uma

única área especializada de conhecimento, mas integrado em todas as matérias do currículo escolar.

Os objetivos do Programa foram assim definidos:

1- Construir, fortalecer e animar uma rede de profissionais na área de Educação para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e à exploração sexual de mulheres, adolescentes e crianças.

2- Despertar o senso crítico por meio de atividades lúdicas, reflexivas e criativas que tenham como base a elaboração da realidade da comunidade onde a escola está inserida.

3- Promover a participação dos jovens e professores na construção e implementação dos planos operativos locais voltados ao enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.

O Programa caracterizou-se não só por abordar a temática da exploração sexual, mas também por incorporar aspectos sócio-econômicos, políticos, culturais e históricos, permitindo assim um melhor entendimento da complexidade do fenômeno do Tráfico de Pessoas. O mesmo tornou-se um exercício para a cidadania e como o próprio objetivo do Programa se propôs, fez com que as pessoas avaliassem o seu papel como cidadãos da sociedade, ajudando também a buscar soluções para o enfrentamento ao tráfico humano.

Preparando o terreno

Após um ano de discussões e estudos internos, quando o SMM tomou total consciência da importância do Programa, sabia-se que apesar de não ser uma ONG com seu foco na educação, o SMM tinha nos professores os grandes parceiros que iriam implantar a experiência nas escolas. É o professor que trabalha diretamente com os jovens, é ele quem tem a metodologia de ação. Ao SMM coube somente o papel de dar suporte de conhecimento, fornecer material e subsídios para as ações

ocorridas em sala de aula e na escola.

O diferencial desse Programa foi o respeito total às ações dos professores que, conforme sua matéria, iam escolhendo a melhor forma de levar o assunto do Tráfico de Pessoas aos estudantes. Estabeleceu-se um acordo informal: os professores trabalhariam com os alunos e nós daríamos subsídios a eles.

Com o assunto inserido transversalmente no currículo escolar, professores, desde a área da Matemática até os de Educação Física, optaram pela melhor forma de fazê-lo, sem fugir do currículo escolar. Outra preocupação do SMM foi a de não sobrecarregar o professor já que sua adesão ao Programa era voluntária, apesar de muitos terem uma carga horária de aulas sobrecarregada.

O primeiro passo para iniciar o Programa foi por meio de contatos telefônicos com as Coordenadorias Regionais de Educação das quais as escolas fazem parte, colocando a proposta do Programa e solicitando a permissão para manter contato com os diretores e professores. Em seguida foi enviada uma carta-convite aos diretores das escolas, propondo a formação de uma parceria para desenvolver o Programa no âmbito de suas escolas e, num terceiro momento, realizou-se reuniões, encontros e seminários com os professores e as equipes pedagógicas.

Passos Importantes

- Contatos com as Secretarias Regionais de Ensino para solicitar permissão de contatar as escolas;
- Visitas às escolas e apresentação do Programa às suas direções;
- Contato com os professores nas horas do recreio e intervalos;
- Coleta de informações sobre o conhecimento dos profissionais de educação sobre a temática, através de questionários;

- Seminários de estudos e discussões sobre o assunto com os professores que aderiram ao Programa;
- Disponibilização de material de apoio aos professores (folhetos e publicações informativas e de sensibilização sobre o tráfico de pessoas e a exploração sexual);
- Doação de dois filmes em DVD “Anjos do Sol” e “Tráfico Humano” para cada escola participante do Programa;
- Assessorias presenciais e à distância;
- Elaboração e produção de materiais próprios para o Programa: Guia do Professor, Cartazes, Boletim do Professor, Marcatextos, Cartões-postais, Textos e Artigos.

Atividades decorrentes do Programa

Ações e atividades realizadas pelos jovens:

- Assistiram a filmes e realizaram rodas de conversas;

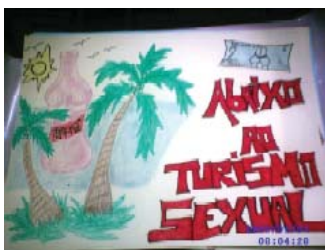




- Produziram e representaram peças teatrais;



- Realizaram pesquisas;
- Produziram jogos educativos, *folders*, *blogs* e cartazes;





Escreveram poesias e textos;

Realizaram seminários;



Júri simulado de um traficante de pessoas;

- Passeatas;



- Manifestações em dias especiais (7 de setembro, 18 de maio e 23 de setembro).





A escolha das cidades

O que levou o SMM a optar por trabalhar em Uruaçu - GO e São Sebastião - SP, municípios tão díspares na realidade brasileira, foi o fato destes municípios terem sido apontados, em três estudos publicados no país (Pesquisa sobre a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes - PESTRAF, CECRIA, 2002; Tráfico de Crianças e Adolescentes nas rodovias brasileiras - Polícia Rodoviária Federal, maio de 2005, e Estudo Analítico de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes- ESCA, Ministério da Justiça, janeiro de 2005) como localidades vulneráveis e com grande incidência de Tráfico de Pessoas.

A proposta era exatamente a de escolher municípios com realidades físicas, econômicas e sociais diversas, situados em diferentes estados brasileiros, mas com a mesma peculiaridade: o crime de exploração sexual comercial. Isso porque o que se pretendeu mostrar é que, apesar das diferenças, a prevenção ao tráfico humano pode ser igualmente realizada nas escolas, independente de realidades e características tão diversas.

Uruaçu - GO



Uruaçu que em tupi guarani significa “pássaro grande”, é uma cidade localizada ao norte do Estado de Goiás, as margens da rodovia Belém - Brasília. Tem uma população estimada em 34 mil habitantes, sendo que 86% vive na zona urbana. Sua economia baseia-se em empresas comerciais (supermercados, revendedoras de veículos, motos e produtos náuticos, montadoras de bicicletas, fábricas de terços, produtos religiosos e hotelaria) e funcionalismo público, mas faltam empregos e sobram moças bonitas.

Uruaçu é uma das cidades apontadas na matriz ESCCA, sendo uma das cidades com poucos equipamentos e programas de

combate à exploração sexual comercial. Tem uma imagem nacional bastante pejorativa por ser denominada a cidade das “espanholas” pela grande mídia brasileira, pois tem um número alto de mulheres que foram viver na Espanha.

É comum na cidade encontrar pessoas que conhecem, têm amigas ou parentes que já foram para a Espanha trabalhar na prostituição e que voltaram com bastantes recursos financeiros. Esta realidade causa na vida das jovens e adolescentes uma falsa ilusão de ganhar dinheiro fácil e de uma vida digna fora do Brasil.¹

Este fator corriqueiro vivido pelos moradores de Uruaçu, foi a principal causa de grande adesão por parte das escolas ao Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas do SMM, mostrando-se num primeiro contato, bastante receptivos.

Escolas que participam do Programa em URUAÇU – GO:

Escolas Estaduais do Ensino Médio da Rede Pública de Uruaçu – GO

- ✓ Colégio Estadual Alfredo Nasser;
- ✓ Colégio Estadual Dr. Sebastião Gonçalves de Almeida.

1- (dos Santos, Eloísa Gabriel; Mulheres Jovens de Uruaçu, vulneráveis ao Tráfico de Pessoas para a Exploração Sexual Comercial: subsídio para o atendimento ao serviço social, São Paulo- PUC, 2008)

Depoimentos:

“Em 2006 fomos procurados pelo SMM porque Uruaçu-GO tinha virado rota de tráfico de seres humanos. Lá o índice de pessoas traficadas era muito alto devido à situação financeira da população não ser muito boa, e por isso, as organizações criminosas descobriram na cidade um local onde conseguiriam aliciar muita gente. Acredito também que, pelo fato de as goianas serem mulheres naturalmente bonitas, contribuiu para que lá em Uruaçu, por ser uma cidade interiorana, enfim, começassem a traficar e traficar muito. Inclusive, Uruaçu saiu na revista Veja como rota do tráfico, principalmente, para a Espanha e, foi a partir daí, que o SMM chegou até a gente e nós abraçamos o Programa. Criamos um projeto dentro da escola, com uma metodologia específica para ser desenvolvida, mas com orientações do SMM. Muitos professores aderiram e nós tivemos uma adesão muito grande. Acho que a adesão se deu por estarmos passando pelo problema na nossa comunidade, que estava vivenciando no seu dia a dia jovens desaparecendo, então os professores abraçaram a causa de maneira geral. O tema foi inserido em praticamente todas as disciplinas de forma extracurricular, então, os professores trabalharam todas as disciplinas. Fizemos um júri simulado e, na época, os professores trabalhavam temas transversais, temas da atualidade, de revistas e jornais então promoveram um momento interdisciplinar entre o tráfico de pessoas e as disciplinas do cotidiano escolar. A receptividade dos alunos foi excelente. Eles não conheciam o problema e alguns não queriam nem estudar porque queriam ir para a Espanha, e a maioria estava inclusive só esperando terminar o ensino médio para ir para a Espanha. Então nós tivemos reuniões com os professores e daí começamos a trabalhar com

os alunos de diversas formas como: produção de textos, poesias, teatro, palestras e seminários e isso mudou a nossa realidade e agora estamos em parceria também com o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de GO e vamos sim continuar com o trabalho na escola.” (Erlam Carvalho, 34, prof. de Química, e Edivânia Graciano, 39, prof^a de matemática e Diretora - Uruaçu - GO.)

“Nós estudantes, recebemos o tema tráfico de seres humanos na escola de uma forma boa porque abriu portas para abordarmos outros vários temas também, incluindo o aborto e a sexualidade precoce, problema, que aconteciam na nossa escola, então foi um trabalho que os professores fizeram com o apoio de vários alunos. Eu, por exemplo, gostei muito do trabalho e participei de vários projetos. Realizamos várias atividades como: trabalhos apresentados em sala, seminários, e outras coisas. Eu acho que foi um projeto de suma importância tanto para a minha sala quanto para o ensino médio todo. A comunidade escolar por exemplo não reconhecia o problema e não sabia o que estava acontecendo então foi bom para conscientizar as pessoas que hoje tem uma visão melhor e agora podem se defender. Para mim, o jovem tem um papel muito importante nesse processo porque o combate tem que ser feito pelo próprio jovem, já que o problema está acontecendo com a juventude. O tráfico de seres humanos atinge, em sua maioria, o jovem então é bom que o jovem esteja trabalhando neste combate porque assim, ele saberá o que está enfrentando e o que pode acontecer se ele não estiver envolvido neste combate. Hoje, depois de tanto trabalho de conscientização, as pessoas estão sabendo o que está acontecendo e estão podendo se defender. Todos os professores estão motivados para realizar o trabalho de enfrentamento e eu acho que por isso a nossa escola

é privilegiada por ter todos os professores envolvidos no projeto. Eles abraçaram a causa. O meu recado para os jovens que vão receber o projeto é que todos estejam realmente engajados e reconheçam a importância deste trabalho e participem das ações de conscientização, das atividades, e que realizem as ações com amor e com verdade. Que estas escolas realmente trabalhem esta conscientização para que um dia nós possamos, quem sabe, realizar um encontro com todas as escolas e assim poder trocar experiências porque a melhor coisa é trocar experiências.”

(João Paulo Neves, 17, Uruaçu - GO)

São Sebastião -SP



O município de São Sebastião, litoral norte paulista, é conhecido internacionalmente pelas belezas de suas praias sendo por este motivo, um território com intensa atividade turística. Por outro lado, nesta localidade está situado o maior terminal de produtos líquidos de petróleo da América Latina - Terminal Marítimo Almirante Barroso, da Petrobrás. Além do porto de carga seca, existe na cidade uma grande zona de prostituição.

Em março de 2007 a Polícia Federal começou a suspeitar da existência de um esquema de tráfico de mulheres no litoral norte de São Paulo após constatar uma quantidade incomum de mulheres das cidades da região e do Vale do Paraíba procurando a delegacia de São Sebastião em busca de passaportes. A partir da suspeita descobriu-se uma quadrilha de traficantes de mulheres para a Espanha. Ao desmontar o

esquema, apenas nos primeiros três meses de 2007, a polícia identificou pelo menos 30 mulheres que já teriam embarcado para o país europeu por meio do esquema criminoso de tráfico de pessoas.

Escolas que participam do Programa em SÃO SEBASTIÃO - SP

Escolas Estaduais do Ensino Médio da Rede Pública da Cidade de São Sebastião - SP

- ✓ Escola Estadual - Prof^a Nair Ferreira Neves;
- ✓ Escola Estadual - Prof^a Maisa Theodoro da Silva-CENE;
- ✓ Escola Estadual – Prof^a Sebastiana C. Bittencourt;
- ✓ Escola Estadual - Prof^a Dulce Cesar Tavares;
- ✓ Escola Estadual - Prof^a Josepha de Sant’Ana Neves;
- ✓ Escola Estadual - Walkir Vergani;
- ✓ Escola Estadual - Plínio Gonçalves de O. Santos;
- ✓ Escola Estadual - Prof^a Sebastiana Costa Bittencourt.

Depoimentos:

“Quando começou o Programa aqui em São Sebastião, em 2005/2006, o SMM entrou na escola oferecendo o material e a proposta de luta: o enfrentamento ao tráfico de pessoas, aí a escola criou um projeto com metodologias pedagógicas para a criação de

folders, cartazes e jogos, para que o jovem brincasse e percebesse que essa brincadeira era sobre um assunto sério. Só isso. As pessoas precisam estar informadas. A informação é prevenção. O ponto final no sentido pedagógico era a passeata que era para o aluno sentir que ele tem que tomar uma atitude, aí o negócio ficou forte. Foram cinco anos de luta, de sair em passeata e a ideia passar para a sociedade. E a iniciativa não começou pelo governo, mas pela sociedade civil, daí outras escolas se juntaram a nós e o negócio foi crescendo. Era informação da base para as autoridades e foi exatamente o que aconteceu. As disciplinas de história, sociologia e filosofia assumiram este trabalho nas escolas aqui de São Sebastião e as outras áreas ficaram um pouco a parte porque tinham outros projetos. A área de humanas aderiu ao projeto e já somos oito escolas trabalhando a temática do tráfico de pessoas. Os professores foram capacitados pelo SMM e num primeiro momento os jovens aqui não conheciam o problema. Conheciam a prostituição e confundiam o tráfico de pessoas com prostituição, achavam que era um problema relacionado só à prostituição. Hoje esses jovens são multiplicadores e isso eu posso afirmar com certeza, eles conhecem o problema. Dificilmente vão cair em casos de aliciamento para o tráfico. Houve um caso de uma empresa, em 2006, que veio aqui fazer book para modelos, alertados pelos próprios jovens da cidade nós fomos atrás do CGC desta empresa e ela não existia então eles fugiram. Os nossos jovens estavam preparados. Eu vejo para o futuro deste trabalho a ampliação do alcance da informação, com a Internet por exemplo, levando informação a outras localidades. Vejo também mais troca de informações, trabalhos e estudos com outras escolas sobre os métodos de abordagem do tema. E trabalhar as línguas também para ampliar o alcance desse trabalho para o mundo. A minha dica para outras escolas que assumirem

este trabalho é primeiramente que os envolvidos priorizem o valor humano que é tudo. As pessoas que trabalham com a área de humanas, principalmente, não devem ficar só no conhecimento teórico mas devem assumir verdadeiramente uma postura na rua, na Internet, na criação de artigos que mudem alguma realidade. Sem dúvida o tráfico de seres humanos é um tema a ser discutido na escola. Se isso não for discutido na escola onde será discutido? O jovem está na escola, vai deixar pra discutir quando? Depois que este jovem for vítima?”

(Wagner Roger, Prof. de história, filosofia e sociologia, 44, São Sebastião - SP).

“Esse trabalho começou já há algum tempo. O tipo de atividades que fazemos são: trabalhos, pesquisas e até já conversamos com uma pessoa que já foi vítima de tráfico de pessoas. Entrevistamos e ficamos chocados com as histórias. O que mais me chama atenção no tema é ver jovens que não tem suporte, que não tem estudo serem vendidos inclusive pelos próprios pais para sustentarem os mais novos. Aqui em São Sebastião entrei em contato com o tema. Eu já tinha assistido filmes que abordam a temática, mas depois do trabalho realizado na escola vi que as pessoas tem que ser mais informadas, tem que conversar também com pessoas que não sabem dessa realidade. Acho legal ter mais informação na TV, na Rádio, para que as pessoas saibam do problema. Nosso trabalho é mais na área de geografia e história e nós não vamos às ruas para chamar a atenção só pela bagunça, mas temos consciência do que é o tráfico humano. Todo mundo fica revoltado. Queremos ajudar a conscientizar e a chamar a atenção de todo o mundo para o problema.”

(Mateus Chagas, 17, São Sebastião - litoral norte

de SP).

“Antes de saber o que era realmente o tráfico de pessoas eu ouvia falar e achava tudo isso muito horrível. Quando vi o filme que passaram na escola fiquei revoltada e o professor me convidou para fazer parte da passeata para mostrar o que a gente pensa a respeito disso e eu estou bem feliz por estar participando. Meu primeiro contato com o tema foi na escola, meus pais sabiam o que era o tráfico de pessoas mas acho que na minha comunidade em geral, no lugar onde eu moro, as pessoas não tem a real consciência do que é o tráfico. Hoje eu falei bastante com meus pais e me considero uma multiplicadora sim na minha comunidade.”

(Beatriz Cota, 16, São Sebastião - litoral norte de São Paulo).

“São Sebastião é uma região estratégica e problemática, está em franca expansão com a exploração do pré-sal. Já há uma grande exploração de grande parte da produção de petróleo da Petrobrás passando por aqui e mais a expectativa da ampliação do porto, então, é uma cidade estratégica para a prática do Tráfico de Pessoas por ser uma cidade portuária e encontrar-se num momento de expansão, que dificilmente, a administração pública, seja qual for, vai acompanhar nessa velocidade. É fundamental primeiro qualificar a mão de obra dos órgãos de repressão, ou seja, a polícia, e criar uma consciência também perante o Poder Judiciário e o Ministério Público de que a situação é bem mais complexa e demanda uma mudança cultural. Por outro lado acho que o foco mais importante é trabalhar com os jovens, ou seja, não só criar um mecanismo para aproximar a polícia

da comunidade para juntos poder reprimir o tráfico de seres humanos mas também os outros crimes, que são muitos que atingem essa garotada. Acho que a expectativa em relação ao trabalho da polícia será imediato, será efetivo quando, fatos concretos chegarem ao conhecimento da polícia, não só a notícia, mas elementos mínimos para a apuração e identificação dos culpados e trazer para os autos a materialidade do crime, aí sim, será possível de fato agir reprimindo este tipo de crime. Hoje o que nós temos aqui é um tráfico humano interno: intermunicipal e interestadual. Demos início, em Caraguá, que é a cidade que mais está crescendo por conta das obras do pré-sal, a uma ação com a polícia junto ao conselho tutelar e outros órgãos do município e o alvo é justamente esses locais onde ocorre a prostituição. É uma ilusão que só polícia, ou só justiça, ou só Ministério Público, vão conseguir lidar com um problema que é interdisciplinar, demanda não só a todos os órgãos e instituições do estado mas, principalmente, o terceiro setor e a população. O que a polícia de São Paulo vem fazendo há um bom tempo é participar e organizar a sociedade civil. No caso da polícia civil do estado de São Paulo, por exemplo, nós temos Consegs (conselhos de segurança pública) extremamente fortes e atuantes com pessoas que participam e sabem utilizar o espaço. O litoral norte de São Paulo é rico em organização civil seja via associações e/ou confederações por meio das ONGs aqui instaladas também há um solo bastante arado neste sentido mas agora estamos assumindo que existe o problema do tráfico de pessoas como mais um problema a ser enfrentado. Há uma preocupação da polícia em se capacitar e conscientizar o efetivo do litoral norte para identificar o problema na ponta.

O ideal repressivo depende da ausência total de vaidade das entidades do terceiro setor e dos próprios órgãos envolvidos e a participação da população que será quem vai denunciar os autores.

Isso é fundamental para que o trabalho da polícia realmente seja cumprido.”

(Dr. Múcio Alvarenga - Delegado da Seccional de Polícia Civil do Litoral Norte / SP).

Descobrimos caminhos para o trabalho escolar com a questão do Tráfico de Pessoas para fins de escravidão sexual

Wagner Roger

Professor de História, São Sebastião - SP

Colocar uma questão como esta, não foi tarefa fácil. Esbarrava na região portuária de São Sebastião que é um marmemoto de misturas culturais e turísticas com ações ligadas à mulher e suas necessidades locais e sociais. Existem em nosso município, muitas organizações de ajuda e luta pelos direitos da mulher e da criança. O engajamento é necessário!

Porém no que diz respeito à escola e seu universo pedagógico, as ações ficavam mais distantes. E com este diagnóstico, resolvemos eu, Prof. Wagner, Prof. Paola e Prof. Altivo, que trabalhamos nesta Unidade Escolar- “Professora Maísa T. da Silva”, em São Sebastião, criar um núcleo de ações positivas para desencadear: acesso às informações e atitudes de consciência na comunidade. Essas seriam mais especificamente voltadas para a questão da exploração sexual das crianças e adolescentes, incluindo a questão do tráfico de pessoas.

O programa inicialmente não se separava das necessidades das bases de formação previstas para o ensino com seu rol de habilidades e competências necessárias. Mas ao desenvolvermos certos tipos de trabalhos concretos e lúdicos, permanecia a dúvida se estaríamos fugindo das atribuições específicas que a escola pedia de nós. Tais criações se constituíam em revista em quadrinhos, esquetes teatrais, artigos de opinião, logotipos passeatas, jogos coletivos com regras, músicas, painéis coletivos, painéis de tarefas e equipes, cartazes em idiomas variados (português, inglês, espanhol e francês), filmagens/ curtas, *power point* sensibilizador, ilustrações, esquemas mentais e *folders*.

Ficou difícil de enxergar, entretanto, nesse processo, que novas

posturas começaram a amadurecer. O foco passou a ser não só a informação de toda a estrutura do tráfico e suas relações com redes mundiais e locais, mas a sensibilização de como é se sentir explorado, como o consumidor do gênero masculino pensa, a sua vontade de busca deste tipo de produto humano que o tráfico lhe oferece e pelo qual arrisca sua vida, sua saúde e sua família. E acima de tudo, onde ficava a ÉTICA e a VÍTIMA. Os trabalhos e atividades começaram a ter um fundo mais emocional e fortemente psicológico. Afinal, que mundo nós queremos construir? Sem a ética como base do presente e futuro a vida humana se torna impossível.

Enfim, com o processo ainda em andamento, essas ações positivas já perduram por quatro anos. E nos deparamos com uma nova leva de alunos a cada ano, com características próprias e mais conectadas com o mundo, que só comprovam o quanto é fascinante e necessário o processo de ensino tão bem evidenciado por Paulo Freire quando propõe um ensino científico, humano, ético e que liberta ao mesmo tempo, tanto professores quanto alunos, enquanto o conhecimento é construído.

Desafios para o Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes

O SMM entende que os desafios são muitos, porém sabe-se que experiências como estas devem e podem ser realizadas pelo estado enquanto poder público e que contribuirá para um trabalho de prevenção, onde jovens homens e mulheres possam opinar sobre os rumos e destinos de suas vidas, tendo uma base formativa construída na escola.

O SMM com este trabalho, não pretendia ter esta experiência única e exclusivamente sua, mas que outras pessoas, entidades e o poder público pudessem assumi-la para que se espalhe pelo Brasil.

Para tanto os Desafios são:

- Resgatar esta experiência como política pública e como direito de jovens que almejam ter um futuro melhor;
- Ir ao encontro das demandas destes jovens, priorizando suas necessidades e esclarecendo suas dúvidas por meio da educação;
- Aperfeiçoar o Programa no sentido de garantir a inclusão do tema tráfico de pessoas no ensino médio do país;
- Garantir recursos para capacitar professores e educadores em temáticas como a do tráfico de pessoas, onde muitos pensam que está tão distante de sua realidade e quando se deparam com ela não sabem como lidar e orientar os jovens;

- Articular as questões nacionais e locais no que diz respeito ao tráfico de pessoas;
- Promover articulações permanentes entre os alunos e professores das esferas municipais e estaduais para fortalecer este aprendizado conjunto por meio de boletins, plenárias, fóruns, reuniões, entre outros;
- Proporcionar a articulação das escolas com a sociedade para fortalecer as ações e contribuir para uma formação conjunta entre escola e sociedade;
- Ter uma estrutura de capacitação entre o corpo docente das escolas para que estes possam ter um processo contínuo de troca de experiências e informações, para inserir no aprendizado dos alunos.

Conclusão

O SMM iniciou o Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas nas escolas públicas de Ensino Médio acreditando que sem o empenho dos professores em sala de aula os estudantes teriam grandes dificuldades em desenvolver seu protagonismo juvenil. Fazer do jovem o responsável por escrever sua própria história, era uma meta a alcançar. Além desta meta o SMM pretendeu com essa experiência formular recomendações para Políticas Públicas e programas de prevenção no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A experiência mostrou-se inspiradora logo que alunas e alunos, professoras e professores de Uruaçu - GO e São Sebastião - SP construíram suas próprias metodologias e desenvolveram ações com a execução de diversas e variadas atividades. O que se observou durante o desenrolar do Programa, foi a adesão a ele por parte da maior parte dos professores, estudantes e

direções das escolas como um todo e das comunidades onde estavam inseridas.

A simulação de um tribunal de acusação, quando foi julgado um “traficante” de mulheres, ocorrido em uma das escolas de Uruaçu - GO teve a participação ativa das famílias dos alunos, já que as roupas dos “promotores de justiça”, advogados e do “juiz” foram confeccionados por elas.

Entre as atividades decorrentes do Programa, destacamos as peças teatrais produzidas e encenadas pelos estudantes, passeatas contra o Tráfico de Pessoas nas ruas das cidades, exibição de filmes sobre o tema aos estudantes e professores com posteriores rodas de conversas, pesquisas, produção de jogos educativos, cartilhas, *folders*, *blogs* e cartazes, além de poesias e textos escritos pelos estudantes.

Quando despretensiosamente, expomos a experiência do SMM na série “Boas Práticas”, publicada pela Secretaria Nacional de Justiça, temos o sonho de que um dia, programas como esse sejam implantados nas escolas brasileiras de todo nosso território nacional. Afinal, o sonho de uma ONG é que sua pequena experiência, que deu certo, se transforme numa Política Pública. E essa mesma experiência mostrou que tal sonho é possível se houver vontade política.

Referências Bibliográficas

ESCOLA para Todos: Como você deve comportar-se diante de um educando portador de deficiência. 3° ed. Brasília, 1997.

Guia do Professor do Programa de Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes do Ensino Médio em Escolas da Rede Pública Estadual das cidades de Uruaçu/GO e São Sebastião/SP. Serviço à Mulher Marginalizada – SMM, São Paulo, 2007.

JESUS, Damásio de. “Tráfico Internacional de mulheres e crianças Brasil”. Editora Saraiva. São Paulo, 2003.

LEAL, Maria Lúcia & Leal, Maria de Fátima. “Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial.” CECRIA, Brasília 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (On – line): Site Tráfico de Pessoas (<http://.mj.gov.br/traficodepessoas>).

SIQUEIRA, Priscila. “Tráfico de Mulheres – Oferta, Demanda e Impunidade”, Serviço à Mulher Marginalizada, São Paulo 2004.